

CAMINHOS PARA A VIDA ADULTA: AS MULTIPLAS TRAJETORIAS DOS JOVENS BRASILEIROS*

ANA AMÉLIA CAMARANO**
JULIANA LEITÃO E MELLO**
MARIA TEREZA PASINATO**
SOLANGE KANSO**

*Juventud
...esa desconocida y ansiosa
y breve cosa que es la vida.*
JORGE LUIS BORGES

RESUMO

O trabalho discute a definição de jovem, enfocando as juventudes no Brasil no que diz respeito às formas de transição para a fase adulta, analisando as dimensões da escola, do trabalho e da família. Baseou-se em uma análise dos dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, de 1982 e 2002.

Procurou-se explorar as variadas formas de transição para a vida adulta entre os jovens que se tornaram independentes, saindo da casa dos pais na condição de chefes e cônjuges, e entre os que nela permanecem na condição de filhos e outros parentes. Os resultados enfatizam uma multiplicidade de situações em que a transição pode ocorrer. Sugere-se que os processos são marcados por trajetórias não-lineares das fases da vida, podendo, por exemplo, os filhos virem antes do casamento, o casamento antes da inserção no mercado de trabalho, e assim por diante. Na mesma direção, considera-se que essa transição pode ocorrer em novos arranjos familiares que não passem necessariamente pela saída da casa dos pais. Não foi possível concluir no trabalho, em função da insuficiência de dados, se os processos são ou não reversíveis no tempo, mas considerou-se que as etapas do processo de transição carregam possibilidades de reversão.

PALAVRAS CHAVE: JUVENTUDE, TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA,
TRAJETÓRIAS DE VIDA

* As autoras agradecem a Gustavo Costa e Bruno Negreiros pela colaboração na produção de parte dos dados elaborados para este estudo e a Melissa de Mattos Pimenta pelas indicações bibliográficas e infundável atenção dedicada à exploração do tema de pesquisa aqui apresentado.

Texto originalmente publicado como *Texto para Discussão* Nº1038, Rio de Janeiro, IPEA, agosto 2004. CIDPA cuenta con la autorización de las autoras para su publicación (N del E).

** Da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do IPEA. E-Mail: aac@ipea.gov.br, juliana@ipea.gov.br, mtrezza@ipea.gov.br e kanso@ipea.gov.br.

RESUMEN

El trabajo discute la definición de joven, enfocando las juventudes en Brasil en relación con las formas de transición a la vida adulta, analizando las dimensiones de la escuela, el trabajo y la familia. El análisis se basó en los datos de las Encuestas Nacionales por Muestra de Domicilios (PNAD) del Instituto Brasileño de Geografía y Estadísticas (IBGE), de 1982 y 2002.

Se procuró explorar las variadas formas de transición a la vida adulta entre los jóvenes que se independizaron, saliendo de la casa de los padres en la condición de jefes de hogar y cónyuges, y entre los que permanecen en la condición de hijos y otros parientes. Los resultados enfatizan una multiplicidad de situaciones en que la transición puede ocurrir. Se sugiere que los procesos son marcados por trayectorias no lineales de las fases de vida, pudiendo, por ejemplo, los hijos abandonar el hogar paterno antes de casarse, o casarse antes de la inserción en el mercado de trabajo, y así por delante. En la misma dirección, se considera que esa transición puede ocurrir en nuevos arreglos familiares que no pasen necesariamente por la salida de la casa paterna. No fue posible concluir en el trabajo, en función de la insuficiencia de los datos, si los procesos son o no reversibles en el tiempo, pero se consideró que las etapas del proceso de transición llevan posibilidades de reversión.

PALABRAS CLAVE: JUVENTUD, TRANSICIÓN A LA VIDA ADULTA, TRAYECTORIAS DE VIDA

ABSTRACT

The paper discusses the definition of youth considering several ways in which the transition to the adult life may occur. Insertion in school, labour market and in family were the considered dimensions. It is based in an empirical analysis using the General Household Survey (PNAD) of 1982 and 2002.

It analyses several modalities of transition from youth life to adult one considering those who left parental home and those who did not. The results show a great variety of situations of transition to adult life. It was suggested that this process is characterized by nonlinear trajectories of the life stages. For instance, children may precede marriage, marriage may occur without a job, etc. Also, transition to adult life may take place through new family arrangements that do not require that the youth population leave parental home. It was not possible to conclude that the processes of transition are or not reversible. It is believed that all the stages of this process can be reversible.

KEY WORDS: YOUTH, TRANSITION TO ADULT LIFE, TRAJECTORIES OF LIFE

I. INTRODUÇÃO

O INTERESSE EM ESTUDAR o atual contingente jovem brasileiro se dá por várias razões. Em primeiro lugar, pela sua magnitude. Está se falando de 34 milhões de brasileiros que tinham de 15 a 24 anos, de acordo com o Censo de 2000. Em segundo, por estarem esses jovens vivendo uma fase da vida permeada por intensas transformações biológicas, sociais e econômicas. Tal fase pode tanto se caracterizar por fragilidades, que resultarão em vulnerabilidades, como por potencialidades, dependendo das trajetórias de vida seguidas por eles.

Há indicações de que uma parcela importante dos jovens brasileiros está, atualmente, experimentando uma série de fragilidades e vulnerabilidades, o que leva a que se fale em uma «crise dos jovens». Indicações dessa crise podem ser dadas pelo fato de que enquanto os jovens representavam 19,5% da população brasileira em 2002, eles eram responsáveis por 47,7% do total de desempregados do país bem como por 19,6% dos pobres.¹ Em 2000, do total de óbitos por homicídios, 40% ocorreram entre a população de 15 a 24 anos. Isso levou a que, aproximadamente, 4% dos jovens do sexo masculino não completassem o seu 25º aniversário devido a esse tipo de causa de morte, segundo o Ministério da Saúde.

Paralelamente e, provavelmente, em decorrência desse processo, acredita-se que esse grupo tem passado mais tempo na casa dos pais na condição de dependentes. Além da dificuldade de inserção no mercado de trabalho, esses jovens estão experimentando maior instabilidade nas relações afetivas —casamentos/descasamentos—. Muitas jovens ainda nos seus *teen* estão optando pela fecundidade precoce como uma forma de inserção no mundo adulto.

Jovens, em qualquer sociedade, representam o novo, consistindo em si próprios a principal fonte das transformações. Se, por um lado, a entrada em um mundo adulto construído por gerações mais velhas e experientes é vista como desvantagem, essa também pode ser entendida como vantagem, uma vez que engendra mudanças que permitirão novas acomodações da malha social. Enquanto uma parcela de jovens opta pela violência e marginalização, outra busca soluções inovadoras e positivas. No mundo das informações são eles os principais atores e fomentadores das inovações. Por exemplo, os jovens de hoje experimentam uma escolaridade mais elevada, cresceram em meio ao desen-

1 Utilizou-se aqui a linha de pobreza elaborada por Ricardo Paes de Barros.

volvimento da microeletrônica, da informatização e puderam se adaptar às mudanças delas decorrentes. As novas tecnologias, ao mesmo tempo em que os excluem do mercado de trabalho, abrem-lhes novas portas com a democratização e a globalização do conhecimento, não apenas formal e institucional.

Tendo como pano de fundo essas vulnerabilidades e potencialidades, este trabalho procura analisar o processo de transição do jovem para a vida adulta. Parte-se da análise da seqüência tradicional de inserção no mundo adulto, que se inicia com a saída da escola, seguida da entrada no mercado de trabalho e, posteriormente, pela constituição de família. A família é constituída, primeiramente, pela união e formação de um novo domicílio e depois pela chegada dos filhos. O pressuposto do trabalho é que o processo de transição para a vida adulta não é mais marcado pela linearidade do modelo tradicional, não sendo mais possível prever em que idade ele pode ocorrer como no passado. Isso traz conseqüências para a definição de juventude e a formulação de políticas públicas para o segmento.

O trabalho está dividido em seis seções, incluindo esta introdução. A Seção 2 faz um breve retrospecto do aparecimento da problematização da juventude nos estudos acadêmicos. A Seção 3 discute o conceito de jovem. Com base nisso, nas Seções 4 e 5 busca-se analisar o processo de transição para a vida adulta, partindo das interrelações entre escola, trabalho e família. A Seção 6 apresenta as conclusões.

II. QUANDO E COMO OS JOVENS ENTRAM NA AGENDA

Muito se produziu sobre a dinâmica demográfica da população brasileira e muito se disse que o Brasil era um país de jovens. No entanto, priorizar o grupo etário jovem, como objeto de análise em particular, é uma marca recente nos Estudos de População. É possível afirmar que o debate sobre as condições de vida da população jovem no Brasil é relativamente novo, tendo se intensificado nos anos 1990, com algum rebatimento na formulação de políticas públicas para o segmento. Para analisá-lo é preciso que se entenda em que contexto o interesse pelo tema surge e sob quais enfoques é recorrentemente abordado.

Ao se avaliar como e sob qual enfoque o jovem aparece como temática nos Estudos de População, percebe-se que as discussões sobre a juventude no Brasil no seu início, e talvez ainda até hoje, estão

de alguma forma associadas ao temor de uma explosão demográfica. Os jovens entraram em cena fazendo parte do debate sobre a dinâmica demográfica da população no que se refere ao seu potencial de reprodução. O nível de fecundidade da população jovem e seu comportamento sexual atrelado ao padrão de nupcialidade do segmento tornaram-se objeto privilegiado de análise.

Com o arrefecimento do crescimento populacional e o afastamento dos temores de uma explosão demográfica, o debate desloca-se da fecundidade das mulheres maiores de 20 anos para se concentrar naquelas de menos de 20. Além da preocupação com a questão da fecundidade das adolescentes, outras questões vêm norteando os estudos da juventude, mas mantendo a discussão pautada pelo negativismo. Essas estão relacionadas à instabilidade derivada das mudanças do mercado de trabalho, da violência das grandes cidades e das crescentes taxas de prevalência e de mortalidade por difusão de doenças sexualmente transmissíveis, em especial a Aids.

Na Sociologia, os estudos sobre juventude sempre estiveram muito influenciados pela Escola de Chicago. Abordados nos anos 1920, em meio ao surgimento de gangues e do acirramento dos conflitos urbanos em território dividido por diversas etnias, os jovens foram vistos pela ótica da desorganização social. Tal idéia caracterizou a Escola de Chicago e reverberou sobre boa parte do conhecimento acadêmico na área de juventude entre os cientistas sociais. Nela, como sintetizou Zaluar (1997), as atividades criminosas e as possibilidades de ascensão social dos jovens marginalizados caminhavam juntas em meio a um cenário de rupturas dos valores e laços tradicionais, decorrentes do processo de imigração recente nas áreas urbanas.

Na busca de um aprofundamento dos estudos que encontrassem respostas sobre a criminalidade, variações em torno dessa primeira teoria foram formuladas nas décadas seguintes, sem desfazer a imagem negativa pela qual os jovens são comumente estudados. Todas elas foram severamente criticadas «pelo seu compromisso com o positivismo que transformava as pessoas em objeto e seu comportamento em fatalidade ou determinação, dificultando o entendimento delas enquanto sujeitos que participariam de forma ativa nas suas escolhas e ações, apesar das constrictões e pressões de forças de várias ordens». Além disso, tais estudos nunca foram capazes de explicar por que as parcelas de pobres que entram para o crime são tão pequenas, desfazendo a associação recorrente entre pobreza e aumento da criminalidade (Zaluar, 1997:21).

Tal concepção de juventude, como acentua Abramo (1997), baseia-se na Sociologia funcionalista. Nesse arcabouço teórico, a juventude é entendida como uma fase da vida «em que os indivíduos processam a sua integração e se tornam membros da sociedade, através da aquisição de elementos apropriados da ‘cultura’ e da assunção de papéis adultos». Nesse sentido, é o momento por excelência para a manutenção da coesão da sociedade. A Sociologia funcionalista apropria-se, porém, das falhas desse processo de socialização e transforma a juventude em fonte de risco para a continuidade social (Abramo, 1997:29).

Também na mídia é possível encontrar elementos da construção que se faz dos jovens na sociedade. É recorrente a associação dos jovens a sujeitos incoseqüentes e propensos ao desvio e ao delito. Como observam Castro e Abramovay (2002), a mídia, de modo geral, tem tido papel importante na repercussão dos jovens, especialmente dos negros e pobres, como sujeitos perigosos para a sociedade. Essa imagem é bastante explorada em notícias sobre violências e drogas, comumente associadas às altas taxas de desemprego por que passam esses jovens. No entanto, como ressaltam as autoras, «são poucas as referências às cidadanias negadas, como a do exercício do brincar, divertir-se, se informar e se formar culturalmente, assim como de reinventar linguagens próprias» (Castro e Abramovay, 2002:20).

Enfocados como «problema social», ora de quem a sociedade tem de se proteger ora a quem ela deve acolher, como observa Rua (1998), os jovens não entram na agenda das políticas públicas como «problemas políticos», como atores passíveis de participação, entendimento e diálogo, permanecendo ainda como «estados de coisas». As políticas surgem como respostas a questões de interesse público e refletem as demandas originadas na sociedade, no interior do próprio sistema político e nas relações com atores e agências internacionais. No Brasil, no entanto, «as demandas por políticas públicas de juventude permanecem como estados de coisas, precariamente resolvidos no âmbito de políticas destinadas a um público mais amplo —com o qual os jovens têm que competir pelo espaço de entendimento—, sem chegar a se apresentar especificamente como problemas políticos» (Rua, 1998:3).

Como mencionado, de uma forma geral, os jovens têm sido vistos pela ótica do negativismo, validando as políticas freqüentes de controle por parte do Estado. Nos últimos 15 anos, tem crescido entre os estudiosos e formuladores de políticas públicas a percepção dos

jovens como sujeitos de Direitos. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990, inaugura essa fase. É considerado a maior expressão de um comprometimento da sociedade com as crianças e os jovens em uma perspectiva de construção e ampliação de sua cidadania.

III. AFINAL, O QUE É SER JOVEM?

Entender as imagens produzidas a respeito da juventude e o que significa ser jovem além dos estereótipos e estigmas pode contribuir para a elaboração das políticas públicas mais adequadas às necessidades da juventude. As representações sobre juventude elaboradas pela sociedade são geralmente marcadas pela ambigüidade. Os jovens são comumente vistos como agentes propulsores da mudança social. Por outro lado, como já evidenciado, a juventude é também vista pela ótica negativa dos problemas sociais, seja como «protagonista de uma crise de valores e de um conflito de gerações», tal como em meados dos anos 1960, seja, ou atrelada aos «problemas de emprego e de entrada na vida ativa», a partir dos anos 1970 (Sposito, 2003:3). É como se a ela fosse atribuído o caráter de mudança social, com o privilégio do novo que, por sua vez, pode sempre esbarrar nas limitações do presente, sejam políticas, econômicas ou culturais.

A mais comum das imagens da juventude parece ser a de uma fase de transição entre o mundo das crianças e o mundo dos adultos, entre a infância e a maturidade. É observável, na literatura, que nas sociedades modernas há uma demarcação, mais ou menos clara, entre a infância e a maturidade, com períodos intermediários que seriam a adolescência e a juventude. No entanto, tal abordagem tem merecido ressalvas. Se é verdade que os jovens não têm o *status* nem de uma criança —já são capazes de optar sozinhos por parte de seus caminhos— nem de um adulto —têm autonomia parcial em relação a seus atos—, percebê-los apenas sob a ótica da transitoriedade de sua condição dificulta, por exemplo, enxergá-los como sujeitos de Direitos. Os jovens passam a ser definidos, novamente, pelo negativo, pela ausência, «pelo que não seriam» (Sposito, 2000:9).

A outra dimensão crítica à abordagem que considera os jovens apenas como sujeitos em transição refere-se ao *status* de estabilidade atribuído ao mundo adulto. A vida adulta aparece como a condição por excelência a que se quer alcançar, caracterizada pela estabilidade

plena. Tal visão atribui o caráter de instabilidade à juventude em oposição à estabilidade da vida adulta, sem se dar conta de que a sociedade está sempre em transformação. Em outras palavras, o mundo adulto não é suficientemente rígido e estático, para que não possa, em determinados momentos, ser também instável (Vianna, 1997). Parece decorrer dessa percepção a fragilidade, ou ainda a ausência, de políticas públicas que atribuam à juventude um recorte afirmativo de identidade.

Optar por uma definição de juventude como fase de transição pode ser útil, no entanto, para se observar como os processos de inserção social e econômica dos jovens transformam-se no tempo. A importância dessa definição reside no fato de que, nesse período, escolhas e decisões fundamentais são tomadas em direção a um futuro com menores sobressaltos. De acordo com Casal (1988), tomar a juventude como transição permite incorporar ao discurso da juventude os conceitos de processo, transformação, temporalidade e historicidade. Desse modo, coloca-se em evidência que a realidade juvenil é determinada por processos de transição desiguais, em que trajetórias diferenciadas exercem papéis diferenciados sobre as diversas maneiras de ser jovem.

Além disso, o processo de transição não se dá de forma linear. Por exemplo, se é verdade que a escolarização não é mais suficiente para se conseguir emprego e uma posição mais confortável na escala social, também é verdade que ela é hoje, no mínimo, uma condição necessária para que qualquer indivíduo possa ter maiores possibilidades de inserção no mercado de trabalho. No entanto, essa condição já garantiu no passado recente a certeza de ascensão social para muitos jovens. O processo tradicional de transição —escolarizar-se, entrar no mercado de trabalho, sair da casa dos pais, casar-se e ter filhos— não ocorre hoje, necessariamente, nessa ordem. As etapas desse processo podem ocorrer em idades mais ou menos avançadas, sendo marcadas, como observa Galland (2003), pela «dessincronização» dos eventos. Entender essa mudança pode ajudar a observar como a definição de juventude pode mudar historicamente.

Uma primeira dificuldade enfrentada neste trabalho é a conceitualização de população jovem. A Assembléia Geral da ONU definiu juventude, pela primeira vez, em 1985 na ocasião do Ano Internacional da Juventude. Ao subscrever as diretrizes para as ações futuras e o acompanhamento desse subgrupo populacional, a Assembléia considerou como jovens as pessoas entre 15 e 24 anos de idade, sem prejuízo de outras definições de Estados membros. Como enfatizado pela

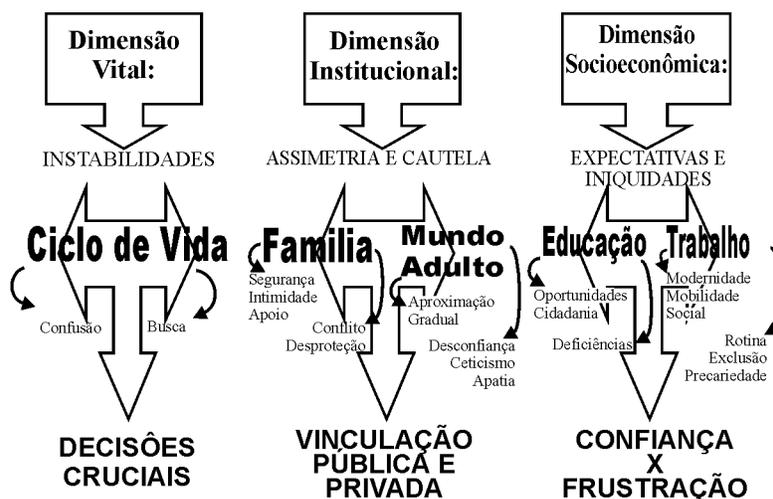
CEPAL (2000), o entorno etário escolhido é baseado em fundamentos apropriados, pois as entradas e saídas dessa fase coincidem com importantes períodos de transição no ciclo de vida. O limite inferior considera a idade em que já estão desenvolvidas as funções sexuais e reprodutivas, que diferenciam o adolescente da criança e repercutem na sua dinâmica física, biológica e psicológica. O limite superior diz respeito ao momento em que os indivíduos normalmente concluem o ciclo da educação formal, passam a fazer parte do mercado de trabalho e constituem suas próprias famílias, caracterizando assim, de forma simplificada, a transição para a fase adulta.

É comum se considerar o intervalo etário que vai de 21 anos a 60 ou 65 como a idade adulta. Para alguns autores, como Sheehy (2003), essa demarcação está bastante ultrapassada. A puberdade tem começado mais cedo do que antes e a adolescência está se prolongando. Para alguns segmentos populacionais mais favorecidos ela pode se estender até os 30 anos, ou seja, uma parte dos jovens está adiando a saída da casa dos pais. Da mesma forma, o final da vida adulta também está sendo postergado pela queda da mortalidade e melhoria das condições de vida.

O que se quer salientar, portanto, é a consideração de que qualquer definição de jovens utilizada é arbitrária. Além disso, deve-se reconhecer que o subgrupo populacional de 15 a 24 anos é bastante heterogêneo. Assim o é, por pelo menos duas razões, que se sobrepõem. O intervalo etário é muito extenso, não diferenciando, por exemplo, as pessoas que têm 15 anos das que têm 24. O grupo de jovens que se situa entre 18 e 24 anos é menos privilegiado pelas políticas públicas do que o de jovens menores de 18 anos. Muitos são os projetos na área de saúde, sexualidade e capacitação profissional que abarcam todo o período da adolescência. Por outro lado, os jovens que já completaram ou estão completando o ciclo de ensino médio e têm que tomar decisões quanto a sua inserção no mercado de trabalho, com necessidades distintas daquelas experimentadas pelos menores de 18 anos, nem sempre são contemplados por políticas específicas.

Associam-se à heterogeneidade no interior do próprio grupo populacional jovem as diferenças condicionadas pela sua posição social e de sua família, sua origem, raça e sexo. Os jovens são indivíduos que estão sendo construídos com base nas suas características pessoais e nas informações, experiências e oportunidades propiciadas pela família e pelo contexto social em que vivem, aí incluídas as políticas públicas. Os contextos diferenciados ampliam ou restringem as possibilidades desses jovens e definem vulnerabilidades diferenciadas.

FONTES DE VULNERABILIDADE DOS JOVENS



Vulnerabilidade é entendida aqui como uma exposição potencial maior a riscos de diversas naturezas —sociais, econômicas, políticas, culturais, entre outras— que implicam o enfrentamento de diversos desafios. O diagrama a seguir procura ilustrar, simplificada, as potenciais vulnerabilidades a que os jovens se vêem expostos. Todas as dimensões a que o diagrama se refere se inter-relacionam, resultando o complexo universo do grupo de jovens (Vignoli, 2001).

No que diz respeito às etapas do ciclo de vida, a juventude constitui uma fase vulnerável *per se*, quando muitas das características dos indivíduos são delineadas, o que ocorre muitas vezes, em situações de conflitos e rupturas. Isso pode aumentar ou diminuir a vulnerabilidade das diversas juventudes, mas não deixa de ser um momento de buscas e definições. Costuma-se perguntar às crianças, em tom quase anedótico, o que elas querem ser quando crescerem. Aos jovens exige-se uma definição sobre qual futuro terão.

A obrigatoriedade das escolhas nessa fase, no entanto, não é, necessariamente, acompanhada pelo amadurecimento psicossocial dos jovens, que na maior parte dos casos não dispõem de informações e experiência suficientes para fazer opções de vida que irão repercutir em seu futuro. O amadurecimento psicossocial é diferenciado de acor-

do com o estrato social em que estão inseridos. Nas camadas de renda mais baixas, podem ser «precocemente» impostas tarefas e responsabilidades para as quais não estão, necessariamente, preparados para assumir. Isso, por sua vez, pode antecipar características próprias da vida adulta, tais como a inserção no mercado de trabalho, o provimento parcial ou total do seu sustento e a constituição de família. Por outro lado, certos indivíduos de segmentos sociais de renda mais elevada podem atingir a idade adulta sem terem assumido papéis a ela associados: inserção no mercado de trabalho, autonomia financeira e constituição de família. Em muitos casos, prolongam a sua permanência na escola e na casa dos pais. Assume-se aqui que a família e o Estado afetam a constituição identitária e social dos jovens, funcionando como agentes promotores de suas potencialidades ou de acirramento da sua condição de vulnerabilidade.

Houve momentos na história, quando predominaram condições hostis para a sobrevivência humana, como na Idade Média ou durante as grandes guerras, em que o período de transição para a vida adulta era muito encolhido. Isto leva a se concluir que o processo de transição para a vida adulta pode se caracterizar por sua retração/prolongamento, dependendo do segmento social considerado e o momento histórico.

No contexto da atual legislação brasileira, a multiplicidade e a complexidade da definição do que é ser jovem manifestam-se com inúmeras variantes do entorno etário em função dos quesitos a que se submetem. Principal norma de direitos e deveres dos cidadãos, a Constituição Federal de 1988 avança no reconhecimento dos jovens como sujeitos de Direito, sem, no entanto, contribuir muito para uma melhor definição de juventude. Reforça o caráter ambíguo da condição juvenil, atribuindo graus diferenciados de emancipação para cada dimensão da vida social.

De acordo com a Constituição Federal, os jovens podem trabalhar na condição de aprendizes a partir dos 14 anos, mas apenas a partir dos 16 é que a eles são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários previstos na Constituição. A ambivalente condição de inserção dos jovens no mercado de trabalho também se faz notar na vida política.² O direito ao voto é assegurado aos jovens com mais de 16 anos, sua obri-

2 O objetivo é o de detalhar o caráter ambíguo e transitório que a condição juvenil parece ter também no que diz respeito aos marcos legais de sua inserção na vida adulta. Não cabe aqui uma análise do mérito e do contexto histórico em que essas leis foram estabelecidas.

gatoriedade e entrada efetiva na vida política, no entanto, ocorre a partir dos 18 anos, marcando também a possibilidade de serem eleitos. Não se faz aqui nenhuma consideração sobre o mérito do estatuto legal que concede o direito a voto aos 16 anos e não a sua representação política. É compreensível que para a representação política exija-se maior envergadura. Um exemplo disso é a progressão da idade para que se postule determinados cargos políticos. Na Constituição, cada dimensão administrativa —município, estado e federação— estabelece uma idade mínima diferente. O início dá-se aos 18 anos, que é condição mínima para elegibilidade ao cargo de vereador, seguida de 21 anos para deputado federal, estadual, prefeito e vice-prefeito, 30 anos para governador e vice-governador e 35 anos para o cargo de presidente da República.³

O Código Civil brasileiro considera o indivíduo emancipado aos 18 anos de idade. A partir dessa idade, os indivíduos ficam «habilitados à prática de todos os atos da vida civil».⁴ Os menores de 16 anos são considerados incapazes perante a lei,⁵ e não podem trabalhar, a não ser na condição de aprendiz. Do ponto de vista legal, o intervalo entre 16 e 18 anos pode também ser considerado um período de transição. Os jovens já são considerados aptos para alguns atos civis —votar, por exemplo—, mas figuram na estranha condição de «incapazes relativos a certos atos». De acordo com o Código Civil, os menores podem ser emancipados por concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver 16 anos completos; pelo casamento; pelo exercício de emprego público efetivo ou pela colação de grau em curso de ensino superior.

Entender o que é ser jovem envolve, assim, a análise de um conjunto complexo de características do indivíduo que vão além do ideal socialmente construído em cada momento histórico. Para a finalidade deste trabalho, serão analisadas as dimensões da escola, do trabalho e da família como condicionantes da transição para a vida adulta. Leva-se em consideração a heterogeneidade do contexto em que tais processos se consolidam entre os jovens brasileiros. Operacionalmente, partiu-se da definição de juventude como o período compreendido entre 15 e 24 anos. No decorrer do trabalho, estabeleceu-se novos limites etários para se pensar a condição juvenil.

3 Constituição Federal, Art. 14.

4 Código Civil, Art. 5º.

5 Código Civil, Art. 3º.

IV. TRANSIÇÕES DIFERENCIADAS PARA A VIDA ADULTA

Os primeiros estudos centrados no processo de transição para a vida adulta ocorreram na Europa, tendo como referência a crise do mercado de trabalho dos anos 1970. Desde então, duas perspectivas têm sido adotadas para a análise da transição para a vida adulta como processo de inserção social e profissional dos jovens.

De acordo com Casal (1996), a primeira, de uso restrito, inscreve-se no eixo do trânsito da escola para o trabalho, emergindo como categorias de análise os jovens estudantes, aqueles à procura do primeiro emprego e os jovens trabalhadores. No contexto europeu, essa perspectiva pautou as primeiras discussões sobre o assunto, mas foi ultrapassada ao longo dos anos 1980 pela consolidação de uma perspectiva mais ampla, que leva em consideração todo o processo de emancipação do jovem.

Desse ponto de vista, a transição para a vida adulta não é considerada apenas como a passagem da escola para o trabalho, mas como um processo complexo que envolve a formação escolar, a inserção profissional e familiar, articulando um sistema de dispositivos institucionais e processos biográficos de socialização que interferem na vida das pessoas desde a puberdade e conduzem à aquisição de posições sociais.⁶ Parece consenso na literatura que o estudo da transição para a vida adulta não pode estar limitado a indicadores socioeconômicos que expliquem apenas o universo escola-trabalho. Entender a passagem para a vida adulta requer a análise da emergência de novos estilos de vida e dos variados modos de entrar na fase adulta (Pais, 1993), observando inclusive os arranjos na composição das novas famílias.

Partindo das perspectivas descritas por Casal para o contexto europeu, reforçadas por Pais, e incorporando as peculiaridades do caso brasileiro, analisa-se o processo de transição dos jovens brasileiros levando em conta as relações entre escola e trabalho e a sua posição no domicílio. Essa última variável pode ser utilizada como indicador da saída (ou não) da casa dos pais. Busca-se, assim, explorar as formas de transição para vida adulta entre aqueles que se tornaram independentes saindo da casa dos pais e entre os que nela permanecem.

6 Traduzido de Casal (1996:124).

1. Escola e trabalho

Ao se falar de juventude como fase de transição para a vida adulta, necessariamente, o universo da escola aparece como *locus* prioritário da formação desses indivíduos. Historicamente, foi com a passagem das atribuições de formação das crianças das famílias para a escola moderna que a juventude se elevou a uma categoria social (Ariès, 1981). Com objetivos e demandas reconfigurados ao longo do tempo, a escola permanece sendo uma das grandes responsáveis pela inserção dos jovens no mundo adulto, seja na acepção da escola como propulsora de cidadania, seja com a finalidade de preparação para o mercado de trabalho.

Tabela 1

Brasil: Distribuição proporcional dos jovens brasileiros por atividade e frequência à escola, segundo grupos de idade, 1982 e 2002 (em %)

Idade	Estuda e é ocupado		É só ocupado		Só estuda		Nem estuda nem é ocupado	
	1982	2002	1982	2002	1982	2002	1982	2002
Homens								
15-17 anos	20.6	26.1	41.0	10.8	29.5	55.2	8.9	7.9
18-19 anos	15.2	25.3	59.8	34.7	14.2	25.4	10.8	14.6
20-24 anos	10.1	16.3	76.0	60.3	5.2	9.6	8.7	13.9
15-24 anos	14.7	21.1	60.8	39.6	15.2	27.0	9.3	12.2
Mulheres								
15-17 anos	11.1	15.7	22.7	5.4	40.5	66.0	25.7	13.0
18-19 anos	11.8	17.6	30.6	20.2	21.0	34.0	36.6	28.2
20-24 anos	8.4	13.7	35.3	35.9	7.6	13.9	48.6	36.4
15-24 anos	10.0	15.1	30.2	23.4	21.3	34.0	38.5	27.5

Fonte: IBGE/PNADS de 1982 e 2002.

A Tabela 1 apresenta o perfil dos jovens brasileiros em 1982 e 2002 no que se refere a sua participação no mercado de trabalho e frequência à escola. Analisando as inter-relações entre escola e trabalho no período 1982-2002, confirmam-se três tendências observadas por estudos anteriores: o aumento contínuo da escolarização, a redução da proporção de jovens apenas ocupados e o aumento na proporção de jovens que não estudam e nem trabalham.⁷

⁷ Refere-se aqui, em particular, a dois trabalhos que serviram de ponto de partida para a análise da transição para a vida adulta desenvolvida neste estudo. Os da-

A exceção ocorre entre as mulheres com idades entre 20 e 24 anos, que mantiveram a proporção de ocupadas aproximadamente constante e a de «não estuda nem trabalha» decrescente.

Por outro lado, observou-se um crescimento do percentual de jovens com mais de 18 anos do sexo masculino que não trabalham nem estudam.⁸ Entre os jovens de 15 a 24 anos do sexo masculino, a proporção dos que não estudam nem trabalham passou de 9,3% para 12,2% no período. Isso ocorreu apesar dos ganhos na escolaridade do grupo em análise. Ao contrário do que se observa para os homens, reduziu-se a proporção das mulheres que não estudam e não trabalham.

A Tabela 2 apresenta a média de anos de estudo dos jovens brasileiros, segundo as categorias trabalhadas anteriormente. Observa-se que os ganhos na escolaridade para quase todas as categorias de jovens no período estudado,⁹ ocorreram com intensidade variada. Os maiores incrementos foram verificados para os que são apenas ocupados e os que não estudam nem trabalham para ambos os sexos. Em todos os casos, o maior aumento relativo foi experimentado pelos jovens de 18 e 19 anos de idade. Os jovens que apenas estudam foram os que apresentaram menores ganhos no número médio de anos de estudo, seguidos dos que estudam e trabalham. Entre esses últimos se verificou maior escolaridade. A mais baixa foi observada entre os que não estudam e não trabalham.

dos das PNADS de 1981, 1999 e 2001, utilizadas por esses trabalhos, identificam as mesmas tendências observadas aqui. Ver Camarano et alii, 2001 e 2003.

- 8 O aumento na proporção de jovens do sexo masculino com mais de 18 anos que não estudam ou trabalham também é observado em alguns países desenvolvidos, como ressaltado em Camarano et alii, 2001. A magnitude, no entanto, tem variado. Enquanto no Reino Unido, Itália e Estados Unidos esse percentual aumentou consideravelmente entre 1984 e 1997, no Brasil os valores observados já no início da década de 1980 eram bastante altos para os jovens de 18 anos e continuaram crescendo no período.
- 9 Também já ressaltado por Camarano et alii, 2003.

Tabela 2
Brasil: Anos médios de estudo dos jovens brasileiros por atividade, segundo grupos de idade e sexo, 1982 e 2002

Idade	Estuda e é ocupado		É só ocupado		Só estuda		Nem estuda nem é ocupado		Total	
	1982	2002	1982	2002	1982	2002	1982	2002	1982	2002
Homens										
15-17 anos	5.1	6.5	3.0	4.9	5.8	6.9	3.3	4.6	4.3	6.4
18-19 anos	7.0	8.0	4.0	6.9	8.3	8.5	4.6	7.1	5.1	7.6
20-24 anos	9.5	9.4	4.9	7.3	10.8	9.7	5.2	7.3	5.7	7.8
15-24 anos	6.9	7.9	4.3	7.0	7.1	7.6	4.4	6.7	5.3	7.3
Mulheres										
15-17 anos	5.6	7.4	3.5	5.8	6.0	7.3	3.4	5.5	4.6	7.0
18-19 anos	8.0	9.1	4.9	8.5	8.2	8.8	4.3	7.3	5.5	8.4
20-24 anos	10.9	10.6	6.1	9.1	10.6	9.7	4.7	7.1	5.8	8.6
15-24 anos	8.2	9.2	5.2	8.8	7.2	8.1	4.3	6.9	5.3	8.1

Fonte: IBGE/PNADS de 1982 e 2002.

Muito embora os ganhos de escolaridade dos jovens brasileiros sejam um fato bastante reconhecido, reconhece-se também a expressividade da evasão precoce e o baixo desempenho escolar desses jovens. Madeira (1998) salienta que o debate vigente durante décadas tomava duas vertentes principais como explicação para o fenômeno.

A evasão escolar foi tida durante muito tempo como de responsabilidade da família, na medida em que o desempenho da criança era atribuído à valorização que a família concedia à escola. Em outra vertente, ela foi associada a aspectos estruturais da sociedade. Nesse sentido, a necessidade de trabalhar foi apontada como a maior explicação para o abandono da escola, supondo uma ligação estreita entre pobreza e fracasso escolar. As duas abordagens perderam força no decorrer dos anos 1980, quando se começou a reconhecer que as razões para o fracasso escolar podem ser encontradas também no interior do próprio sistema escolar.

Evidências de pesquisas qualitativas¹⁰ mostram que a escola é valorizada tanto pelos segmentos mais favorecidos, como meio de promoção de habilidades que os permitem estar mais aptos para um

10 Como exemplo, pode-se citar a pesquisa sobre violência nas escolas, coordenada por Miriam Abramovay e Maria das Graças Rua que, entre vários objetivos, buscou o significado da escola para pais, alunos e professores. Ver Abramovay e Rua, 2002.

mercado de trabalho, quanto pelos segmentos de renda mais baixa, para os quais a exigência de qualificação mínima coloca-se cotidianamente nas suas disputas por postos de trabalho. É possível supor que situações de extrema carência possam influir nas decisões e nos arranjos das famílias para a garantia de sua sobrevivência, o que pode afetar, de algum modo, a valorização da escola por essas famílias. No entanto, como reforça Madeira, a percepção das famílias carentes é de que escola e trabalho são espaços mais complementares do que excludentes. A valorização da escola é crescente e se faz notar entre vários segmentos da sociedade. Um exemplo disso é o retorno crescente à escola observado entre adultos nos últimos anos.

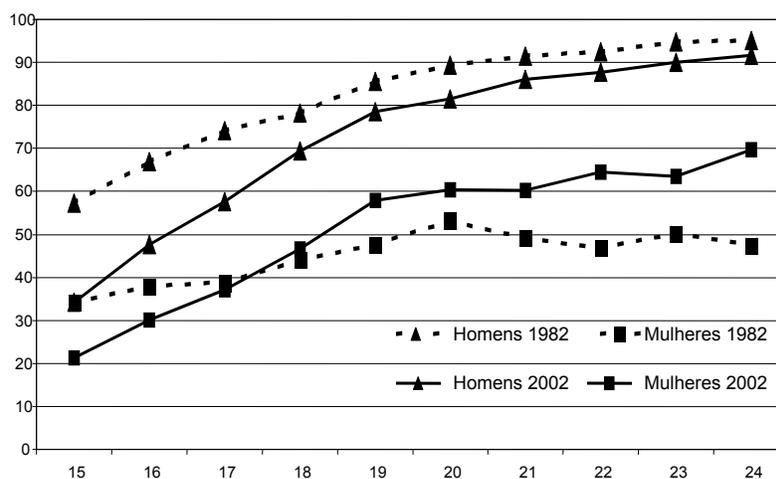
A preocupação de vários educadores nos últimos anos voltou-se para a análise dos mecanismos internos que propiciam a expulsão dos alunos das escolas, em especial daqueles que trabalham. Na procura por um aluno ideal, a escola padroniza e tenta tornar homogêneos os alunos —de graus de conhecimento e de idade—, redundando em altos índices de repetência e maior heterogeneidade entre eles. É o processo de destruição da auto-estima desses alunos que os expulsa com maior frequência da escola, ainda que ela seja reconhecida e valorizada por eles e por seus pais. Como menciona Madeira, o espanto não é, portanto, com os índices de evasão da escola, mas com os «de retenção dentro de um sistema que produz e reproduz mecanismos tão desestimuladores, seja para a criança, seja para a família» (Madeira, 1998:453).

No que diz respeito à dimensão socioeconômica, o processo de reestruturação econômica e a adoção de novas tecnologias apresentam um novo desafio para os jovens. A nova forma de organização da produção se caracteriza por ser ao mesmo tempo menos dependente de mão-de-obra e demandante de uma maior capacitação e experiência profissional de jovens em busca de sua primeira experiência de emprego. Esses fatores constituem-se em obstáculos à contratação da mão-de-obra jovem, postergando a formação de novos núcleos familiares e aumentando o período de dependência econômica em relação aos pais.

Os indicadores de mercado de trabalho apontam para três fenômenos no período: a diminuição da taxa de atividade masculina, o incremento das taxas de mulheres jovens com mais de 18 anos e uma expressiva elevação das taxas de desemprego. A participação na população economicamente ativa (PEA) dos jovens do sexo masculino tem apresentado tendência de queda nos últimos 20 anos. No caso da

PEA feminina jovem, a tendência é de crescimento, com exceção daquelas com menos de 18 anos. A taxa de atividade das mulheres e a das mais jovens decresceu. Os Gráficos 1 e 2 ilustram essa tendência.

Gráfico 1
Brasil: Taxa específica de atividade por idade individual e por sexo, 1982 e 2002



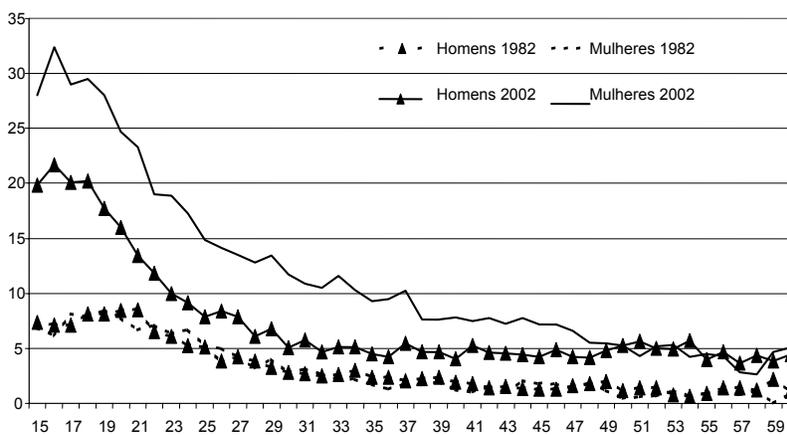
Fonte: IBGE/PNADS de 1982 e 2002.

As taxas de desemprego de todos os grupos etários apresentaram elevação no período analisado para ambos os sexos, conforme ilustra o Gráfico 2, sendo mais elevadas entre as mulheres e os jovens. Estes representam, nos dois anos analisados, o grupo mais afetado pelo desemprego. Em 2002, os jovens eram responsáveis por 47,7% do total de desempregados no Brasil.¹¹

11 Dados não-mostrados.

Gráfico 2

Brasil: Taxa de desemprego por idade individual e sexo, 1982 e 2002



Fonte: IBGE/PNADS de 1982 e 2002.

Embora o fenômeno tenha se agravado nas últimas décadas, o desemprego entre os jovens sempre foi alto. A capacidade de incorporação dos jovens no mercado de trabalho tem sido limitada. Parte deles permanece na condição de inativos, o que não é *a priori* negativo, caso se leve em consideração a faixa etária de incidência e a escolarização. Entre os que estão na PEA, os que se declaram à procura de trabalho são considerados desempregados. No entanto, essa condição entre os jovens tem especificidades. Aproximadamente 43% dos jovens que estão procurando trabalho estão ainda freqüentando a escola e, provavelmente, morando na casa dos pais. Parte daqueles contabilizados como desempregados pode estar na condição de espera de uma oportunidade melhor no mercado.

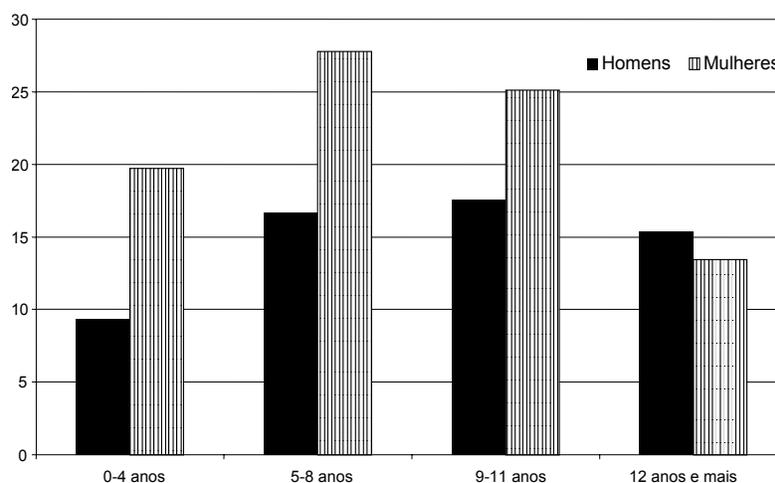
Levando-se em conta a escolaridade, percebe-se que o desemprego incide mais sobre os grupos de escolaridade mediana, aqueles com uma média de 5 a 11 anos de estudo, como mostra o Gráfico 3. É possível que tal comportamento tenha relação com o fato de que os jovens com menor escolaridade tendem a aceitar mais prontamente as oportunidades que aparecem, ficando menos tempo à procura de emprego e, portanto, menos tempo sendo medidos como desempregados. Por outro lado, os jovens com escolaridade mediana tendem a ser mais seletivos e a ficar mais tempo à procura de emprego, esperando por melhores oportunidades e uma inserção

adequada com a sua escolaridade.¹² Uma vez que desempregados são contabilizados sempre como grupo vulnerável, esse grupo pode superestimar a categoria de vulnerável se não levar em consideração suas famílias de origem e as potencialidades advindas delas.

Indagações de várias ordens são feitas sobre essas condições. Uma delas tem relação estreita com a investigação que este estudo propõe. Pais (1991) considera que a inserção profissional para uma parte dos jovens é cada vez mais longa (o tempo entre a saída da escola e o ingresso no mercado de trabalho), caracterizando o que se convencionou chamar de prolongamento da condição juvenil. Esse período de «interregno entre escola e trabalho» tem sido explicado por duas teses: a de «inadequação da escola ao mercado de trabalho» e a da «alergia dos jovens ao trabalho» (Pais, 1991:960).

Gráfico 3

Brasil: Taxa de desemprego por sexo e escolaridade, 2002



Fonte: IBGE/PNADS de 2002.

12 O estudo realizado por Silva e Kassouf (2002) corrobora essa afirmação. Por meio de um modelo logito multinomial, as pesquisadoras estimaram as probabilidades de incidência das situações de inatividade, ocupação e desemprego entre os jovens. Elas concluem que as taxas de desemprego são significativamente mais elevadas para pessoas de áreas urbanas, mulheres, do Sudeste, com níveis medianos de escolaridade, entre jovens de cor preta e cuja condição no domicílio é a de cônjuge.

O autor refuta as duas teses, argumentando que ambas consideram os jovens como um grupo homogêneo. Segundo ele, a primeira tese «não leva em consideração as diferenciadas atitudes dos jovens perante o trabalho e o emprego, nem as suas estratégias de inserção profissional». A segunda, formulada em oposição à tese da inadequação da escola ao mercado de trabalho, supõe que o interregno tem raiz na dificuldade de os jovens se adaptarem a uma conduta rígida, disciplinada e distinta do modo de vida dos estudantes. Os jovens desvalorizariam a ética tradicional do trabalho, afastando-se da realização profissional por meio dele, manifestando resignação e insatisfação no que diz respeito às escolhas profissionais. Acentuando o caráter heterogêneo das juventudes, Pais propõe a «tese das reações diferenciadas dos jovens em relação ao trabalho e ao desemprego», na qual entre alguns é observada uma ideologia de realização individualista por meio do trabalho, com base no esforço e no empenho, e entre outros o emprego aparece como satisfação instrumental, sendo menos relevante a ética do trabalho.

Tal abordagem desenvolvida por Pais, sobre inserção profissional dos jovens, reforça a necessidade de se estudar a transição para a vida adulta como transições diferenciadas, sem no entanto perder de vista, como alertado por Madeira (1998), que há pontos convergentes entre as várias juventudes, como a valorização de sua condição e o desejo de desfrutá-la. A princípio, as duas visões mencionadas podem parecer contraditórias. Uma ressalta a diferença entre os membros do grupo, outra atenta para o risco da exacerbação dessas diferenças. São, na verdade, complementares e não excludentes. A segunda abordagem enfoca o universo da escola e reforça a idéia de que além das diferenças socioeconômicas existentes —que os expõem mais ou menos a uma série de vulnerabilidades— esses jovens «cultivam uma identidade ou uma marca de juventude», para as quais, em particular, a escola deve estar atenta, se quiser mantê-los no sistema (Madeira, 1998:453).

2. Pronlongamento da idade de saída de casa

No modelo tradicional de transição para a vida adulta, a saída da casa dos pais e a constituição de uma nova família são eventos que marcam a independência do jovem e a assunção de um *status* de adulto. Tais processos estão articulados com a inserção do jovem no mercado de trabalho, sua escolaridade e condição no novo domicílio, podendo alterar-se ao longo do tempo. Do começo do século XX até final dos anos 1970, pelo menos nas sociedades mais desenvolvidas, esses eventos tendiam a

acontecer para a grande maioria das pessoas a uma idade previsível (Sheehy, 2003). No entanto, como já se mencionou, a premissa básica deste trabalho é a de que esses processos, que tradicionalmente marcam a transição para a vida adulta, não ocorrem mais de forma linear, não sendo também mais possível prever a idade em que eles ocorrerão.

Como ponto de partida supõe-se independência como a saída da casa dos pais, o que pode ocorrer quando os jovens estão na condição de chefia, cônjuge ou empregada doméstica no domicílio.¹³ A proporção da população de 15 anos e mais classificada nessas categorias foi dividida por quartis de idade nos anos de 1982 e 2002. O objetivo de classificar as referidas proporções em quartis foi a de poder fazer inferência sobre o *timing* relativo em que as saídas de casa ocorrem —precoce ou tardiamente— e avaliar se o *timing* da saída é afetado por características individuais e familiares. Homens e mulheres foram analisados separadamente (ver Tabela 3).

Tabela 3
Brasil: Idade-quartil de saída de casa, por sexo, 1982 e 2002

	Homens				Mulheres			
	Limite inferior		Limite superior		Limite inferior		Limite superior	
	1982	2002	1982	2002	1982	2002	1982	2002
1ºquartil	15.0	15.0	21.4	21.8	15.0	15.0	18.0	18.9
2ºquartil	21.4	21.8	24.1	25.1	18.0	18.9	21.0	22.0
3ºquartil	24.1	25.1	27.5	29.0	21.0	22.0	24.4	25.7
4ºquartil	27.5	29.0	37.9	39.5	24.4	25.7	31.1	31.9

Fonte: IBGE/PNADS de 1982 e 2002.

Comparando os 20 anos, observou-se um prolongamento das idades dos limites superiores dos quartis, que cresce com a idade, para ambos os sexos. Em 1982, a saída dos homens ocorria até aproximadamente os 38 anos. Em 2002, esse limite se estendeu por 1,5 ano. Entre as mulheres, a saída ocorre mais cedo, em decorrência do fato de a grande maioria sair na condição de cônjuge. Em 1982, ela acontecia até aproximadamente os 31 anos e foi prolongada em mais 1 ano. Esse é um comportamento esperado. A pergunta que se coloca agora é se esse prolongamento se verificou entre todos os quartis, ou seja, entre os que saem precocemente e os que saem tardiamente ou atingiu mais um determinado grupo etário.

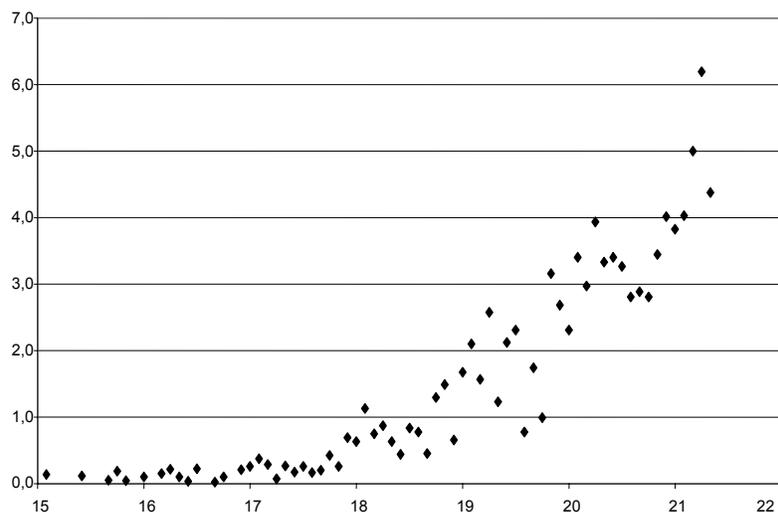
13 Supõe-se que a empregada doméstica, que reside no domicílio dos patrões, já havia saído da sua casa de origem, tornando-se, portanto, independente.

Em 1982, aos 21,4 anos 25% da população masculina podia ser considerada independente, 50% até 24,1 anos, 75% até 27,5 anos, totalizando os 100% aos 37,9 anos. Comparando tais resultados com os de 2002, observa-se que os limites etários da independência dos homens sobem, em especial no terceiro e no último quartis. Aqueles que saem primeiro (o primeiro quartil) passaram a fazê-lo 0,4 ano mais tarde. Os medianos retardaram a saída em 1 ano. Os que saem mais tarde (último quartil) adiaram em 1,6 ano esse movimento, ou seja, parece que quanto mais tarde se dá a saída da casa dos pais, mais ela foi prolongada.

Os dados da Tabela 3 sugerem que ao se comparar apenas o valor do limite superior do primeiro quartil em 1982 e 2002, as mudanças observadas no *timing* que esses jovens saem de casa não se mostram grandes, foi postergada em 0,4 ano. No entanto, quando se observa a distribuição das referidas proporções de chefes desse quartil por idade individual em 1982 e 2002, observa-se um deslocamento na concentração da mesma em direção ao limite superior do quartil. Na verdade, a dispersão da distribuição diminuiu (ver Gráficos 4 e 5).

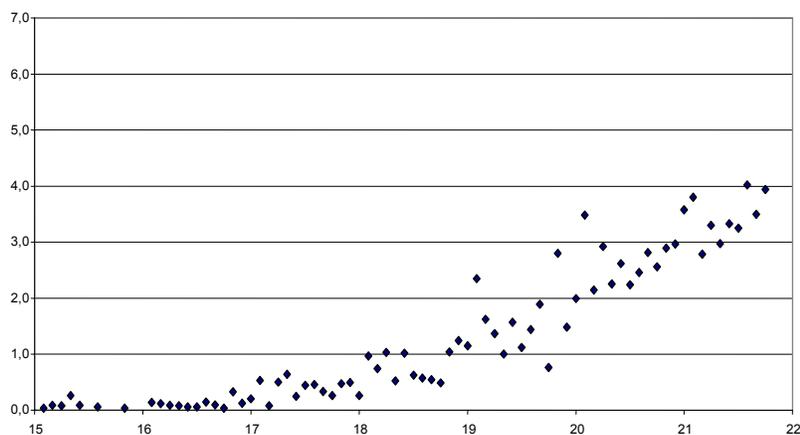
Gráfico 4

Brasil: Proporção de homens chefes de domicílios por idade no 1º quartil 1982



Fonte: IBGE/PNADS de 1982.

Gráfico 5
*Brasil: Proporção de homens chefes de domicílios
 por idade no 1º quartil 2002*



Fonte: IBGE/PNADS de 2002.

O desvio-padrão estimado para a distribuição de 1982 foi de 1,51; para a de 2002, de 1,01. Os desvios-padrão calculados para a distribuição dos demais quartis apontam para distribuições mais homogêneas dentro de cada quartil, homogeneidade esta crescente com a idade.¹⁴ Seus valores decrescem para os quartis de idades mais elevadas. Os resultados sugerem que, além de menos concentradas, essas distribuições apontam para o que já foi salientado: os que saem mais tarde de casa são aqueles que mais adiam a saída (ver Tabela 4).

Tabela 4
*Brasil: Desvio-padrão da distribuição de proporção de chefes,
 cônjuges e empregadas, por quartil de idade e sexo, 1982 e 2002*

	Homens		Mulheres	
	1982	2002	1982	2002
1º quartil	1.51	1.00	1.67	1.37
2º quartil	0.88	0.57	0.76	0.75
3º quartil	0.34	0.45	0.40	0.36
4º quartil	0.11	0.11	0.12	0.15

Fonte: IBGE/PNADS de 1982 e 2002.

14 A exceção foi verificada no terceiro quartil de homens.

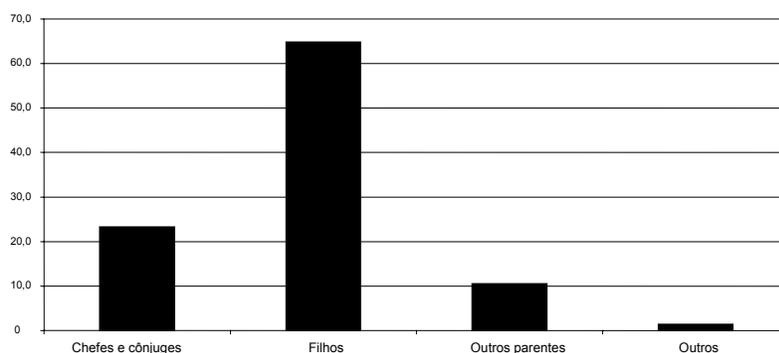
O processo de transição das mulheres diverge do observado entre os homens. Nos dois anos considerados, percebe-se que ele ocorre cerca de três anos mais cedo entre elas (ver Tabela 3). Tal fato está fortemente associado a casamentos e uniões de mulheres com homens mais velhos. Observou-se entre elas um prolongamento nos limites superiores dos quartis, porém menos pronunciado que o verificado entre os homens. Também se observou entre as mulheres que a distribuição dos quartis mais jovens apresenta uma dispersão maior do que a dos quartis mais velhos. Esses desvios diminuíram no tempo, com exceção do quarto quartil. É o que mostram os dados da Tabela 4. É provável que o mais alto desvio-padrão do primeiro quartil esteja afetado pela arbitrariedade da escolha do limite inferior, de 15 anos.

Novas formas de transição parecem estar ocorrendo entre as mulheres jovens, com possíveis influências no postergamento da saída da casa dos pais. Em 1982, a saída de casa dava-se, principalmente, pelo casamento, ou seja, por estar assumindo o papel de cônjuge. Novos papéis foram criados nos 20 anos analisados. Cresceu o número de mulheres jovens que saem de casa na condição de chefes e de homens na condição de cônjuges. Em 1982, cerca de 91% dos chefes jovens eram homens e 9% eram mulheres. Em 2002, 81% são homens e 19%, mulheres.

No entanto, fala-se ainda de um universo pequeno de jovens que deixaram a casa dos pais. Considerando o total de jovens até o terceiro quartil de idade,¹⁵ em 2002, observa-se que 23,3% deles estavam na condição de chefes ou cônjuges de domicílios, permanecendo a maioria (64,8%) na condição de filhos e 10,5% na condição de outros parentes (ver Gráfico 6).

15 Para homens, o intervalo vai de 15 a 29 anos e, para as mulheres, de 15 a 25,7 anos.

Gráfico 6
Brasil: Distribuição da população até o terceiro quartil por condição no domicílio, 2002*



Fonte: IBGE/PNADS de 2002.

* Homens até 29 anos e mulheres até 25,7 anos.

Com o objetivo de analisar os diferenciados processos de transição para a vida adulta, compararam-se os jovens que a realizaram tornando-se chefes ou cônjuges de um domicílio e os que permaneceram na casa de seus pais na condição de filhos ou outros parentes. O objetivo é tentar entender algumas das condições que levam tais jovens a optar, ou serem conduzidos, a uma forma diferenciada de transição, tendo em vista que muitos deles podem se tornar adultos em condições distintas da de tempos passados. A análise se concentrou nos limites etários estabelecidos do primeiro ao terceiro quartis de 2002, considerando as seguintes posições: homens chefes, mulheres chefes, mulheres cônjuges, homens filhos e mulheres filhas.¹⁶

O perfil dos jovens que saíram de casa e o dos que permanecem na condição de filhos é bastante diferenciado. Exercem impacto importante, entre aqueles que estão fazendo a transição para a vida adulta na casa dos seus pais, o aumento da escolarização e a difícil inserção no mercado de trabalho. A frequência à escola é mais elevada entre os que não saíram da casa dos pais, assim como a escolaridade. Esta se intensifica com a idade, sendo maior entre os jovens que estão

16 Os jovens filhos ou outros parentes serão analisados sempre em conjunto ao longo do trabalho. Ao se falar de filhos, portanto, engloba-se também a condição de outros parentes, que podem ser netos, sobrinhos, etc.

no terceiro quartil. A única exceção ocorre entre as mulheres mais velhas chefes de domicílio, que apresentam um percentual mais elevado de frequência à escola do que os homens filhos, o que reflete também a maior escolaridade do grupo. As mulheres filhas, no entanto, são as que apresentam os mais elevados percentuais de frequência à escola e a maior escolaridade em comparação com as demais condições. A idade aparece como importante determinante da frequência à escola e da escolaridade dos jovens, tanto para os que não saíram de casa quanto para os que se tornaram chefes ou cônjuges no domicílio.

A condição de atividade dos jovens é bastante relacionada a sua condição no domicílio e apresenta forte desigualdade de gênero. A inatividade, por exemplo, no primeiro quartil é baixa apenas para os homens chefes (5,7%). Por outro lado, é muito elevada entre as mulheres cônjuges (70,7%), chefes (51%) e filhas (66,7%). Entre os homens filhos, 38,2% são inativos, percentual bastante inferior ao das filhas. Também nas condições de ocupação e desocupação, o fator diferenciador parece estar mais relacionado às desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho do que às condições no domicílio. As mulheres estão, de modo geral, mais vulneráveis ao desemprego, tanto as filhas quanto as chefes e cônjuges, e entre as últimas o percentual de desocupação é maior do que entre as mulheres filhas. Os homens chefes estão na maioria ocupados, seguidos dos homens filhos e das mulheres chefes.

Os indicadores aqui utilizados para medir a saída de casa dos jovens dos vários quartis referem-se a uma coorte sintética. Não se pode, portanto, inferir sobre as condições em que eles realizaram a transição para a vida adulta, pois as informações sobre suas características referem-se ao momento presente e a saída de casa pode ter acontecido há muito tempo. Pode-se inferir, no entanto, que aqueles que a fazem mais cedo, ou seja, com menor idade, estão em condições mais precárias. Nesse sentido, a idade aparece como um dos fatores determinantes da renda dos indivíduos, conforme já apontado pela teoria do ciclo de vida. A renda média individual cresce com a idade e é sempre maior entre os que saíram de casa do que entre os que estão na condição de filhos (ver Tabela 5).

Tabela 5
*Brasil: Algumas características das condições no domicílio
 por quartil de idade*, 2002*

	% Frecuenta à escola	Anos médios de estudo	% Inativo	% Ocupado	% Deso- cupado	Rendimento médio mensal (em reais)	% Contribuição na renda no domicílio
1ºquartil							
Homens chefes	16.2	6.4	5.7	93.0	7.0	321.2	80.9
Mulheres chefes	40.1	6.7	51.0	76.5	23.5	183.0	74.5
Mulheres cônjuges	18.7	5.9	70.7	68.7	31.3	35.0	0.0
Homens filhos	62.8	7.1	38.2	50.0	11.9	111.3	15.9
Mulheres filhas	81.5	7.4	66.7	23.2	10.1	38.3	5.1
2ºquartil							
Homens chefes	9.4	6.8	2.5	95.7	4.3	453.2	52.7
Mulheres chefes	31.6	8.4	27.9	79.7	20.3	333.8	67.3
Mulheres cônjuges	12.3	6.8	56.4	74.1	25.9	83.6	3.5
Homens filhos	20.5	8.2	13.7	75.1	11.2	288.5	21.8
Mulheres filhas	41.2	9.2	37.2	46.2	16.6	132.7	10.6
3ºquartil							
Homes filhos	8.3	6.9	2.5	95.5	4.5	552.1	62.4
Mulheres filhas	20.8	8.4	22.4	83.6	-	415.4	21.0
Mulheres cônjuges	10.9	7.3	48.5	82.5	17.5	140.9	19.9
Homens filhos	15.9	8.1	11.9	78.2	10.0	398.1	36.0
Mulheres fihas	30.2	9.8	27.4	58.8	13.7	227.8	18.3

Fonte: IBGE/PNADS de 2002.

- Dados sem significância.

* As condições denominadas aqui como filhos foram calculadas em conjunto com a condição de outros parentes, que podem ser netos, sobrinhos etc.

Em todos os quartis de idade, a renda do chefe jovem do sexo masculino é maior do que a renda do filho. No entanto, os diferenciais diminuem à medida que aumentam os quartis de idade. Diminuem também as diferenças relativas nas proporções dos que freqüentam a escola, dos inativos e dos ocupados. Por outro lado, aumentam os diferenciais relativos à escolaridade em favor dos filhos. Sintetizando, entre os mais jovens, aqueles que ficam em casa freqüentam mais a escola, apresentam uma taxa de inatividade maior e um rendimento médio mensal menor do que os dos jovens chefes.

Pode-se pensar que os que não fizeram a transição saindo de casa não o fizeram por não contarem com um trabalho ou com uma renda suficiente para tal. No entanto, a redução dos diferenciais nas variáveis mencionadas leva a se questionar se aqueles que não fizeram a transição convencional não o fizeram por escolha e não por falta de renda ou trabalho. Por exemplo, entre os jovens homens do terceiro

quartil, apenas 16% freqüentam a escola e 12% são inativos. A sua escolaridade, medida pelos anos médios de estudo, é maior que a dos chefes jovens do mesmo quartil e a sua renda média é apenas 28% mais baixa. No primeiro quartil, o diferencial entre o rendimento médio do chefe e o dos filhos é de 65%. A renda média do filho do terceiro quartil é maior do que a do chefe jovem do primeiro quartil. Indaga-se sobre a dependência dos jovens do terceiro quartil que permanecem na condição de filhos. A sua relação com a escola e o mercado de trabalho não é muito diferente da dos jovens chefes, localizados no primeiro quartil etário. Além disso, eles têm uma contribuição importante na renda das famílias em que estão inseridos: os homens filhos do terceiro quartil de idade contribuem com aproximadamente 36% da renda do domicílio, enquanto os homens chefes contribuem com 62,4%. Quer dizer, não parece que a «independência» econômica seja uma condição suficiente para a transição para a vida adulta. É preciso também que se leve em consideração que «os modos de vida intermediários nem sempre implicam uma relação de dependência unilateral e também não representam, necessariamente, uma escolha». Residir com os pais pode revelar uma relação de dependência em duas direções: dos filhos com os pais e também dos pais com os filhos (Pimenta, 2004:18). Nesse último caso, a dependência pode ser tanto financeira, já que essas pessoas passam a contribuir com quantias expressivas no orçamento domiciliar, quanto de suporte emocional e afetivo.

Levantam-se aqui duas questões recorrentes no debate sobre transição para a vida adulta. Em primeiro lugar, a vida adulta e a definição de independência poderiam estar sendo dissociadas da saída da casa dos pais. Em segundo, em decorrência do reconhecimento de que novas formas de transição para a vida adulta estão em vigência, especula-se sobre uma possível recusa em conceder o estatuto de adulto a homens e mulheres que permanecem na condição de filhos nos domicílios e no interior das famílias, ainda que em situações de atividade e rendimento bastante semelhantes à dos chefes e com uma contribuição importante na renda da família.

V. COMO FOI FEITA A TRANSIÇÃO?

A partir da análise das inter-relações entre os mundos da escola, do trabalho e da família, elaborou-se uma tipologia de modalidades de transição para a vida adulta, tendo em vista aqueles que saíram de

casa, tornando-se chefes ou cônjuges no domicílio, e os que, no momento, estão na condição de filhos ou outros parentes. O ponto de partida é o modelo tradicional de transição, o qual leva em consideração a saída da escola, a entrada no mercado de trabalho, a saída de casa e a formação de uma nova família. O objetivo é enfatizar o caráter heterogêneo que a transição para a vida adulta pode assumir, apontando a multiplicidade de etapas e estilos que a caracterizam.

1. Aqueles que saem de casa

Foram considerados os intervalos etários definidos pelos limites inferiores do primeiro quartil e os superiores do terceiro em 1982 e 2002 (ver Tabela 3). Para 1982, o intervalo etário considerado foi o compreendido para as idades de 15 a 27,5 anos para homens e de 15 a 24,4 anos para as mulheres. Para 2002, os intervalos foram de 15 a 29 anos para homens e de 15 a 25,7 anos para mulheres. Levando em consideração apenas as pessoas que saíram de casa, foram estimadas as combinações possíveis de chefia de domicílio com as variáveis presença de cônjuge, frequência à escola, ocupação, presença de filhos por quartil de idade e por sexo em 1982 e 2002. Identificaram-se cinco modalidades de transição, aqui denominadas: a) tradicional; b) escolarização prolongada; c) parcial; d) emergente; e e) indefinida. Cada uma delas varia de acordo com o ano, o sexo e a categoria analisada.

Nota-se que a modalidade tradicional, caracterizada aqui pela chefia com ou sem cônjuge, pelo término dos estudos e existência de trabalho, com ou sem filhos residindo no domicílio, aparece como a forma principal de transição para a vida adulta para os homens chefes e as mulheres cônjuges nos dois períodos considerados. Apesar de predominante, ela decresceu nos últimos 20 anos pela emergência de padrões novos de arranjos familiares (ver Tabela 6).

Os homens chefes de domicílios, com idades entre 15 e 29 anos que fizeram a transição, cerca de 86,8%, enquadravam-se na modalidade tradicional em 2002, percentual inferior aos 91,4% observados em 1982. Em 2002, no total da população de homens de 15 a 29 anos, este percentual é de 17,2%, enquanto a soma de todas as outras modalidades é inferior a 2,6%.

Tabela 6
Brasil: Proporção de jovens que fizeram a transição para a vida adulta por condição no domicílio e modalidade, 1982 e 2002

	Tradicional		Escolarização prolongada		Parcial		Emergente		Indefinida		Total
	1982	2002	1982	2002	1982	2002	1982	2002	1982	2002	
Homens Chefes	91.4	86.8	4.1	6.5	1.7	2.1	-	0.3	2.8	4.2	100.0
Mulheres cônjuges	94.1	89.3	5.9	10.7	-						100.0
Mulheres chefes	-	11.9	-	2.7	68.0	35.0	32.0	36.2	-	14.2	100.0

Fonte: IBGE/PNADs de 1982 e 2002.

- Dados sem significância.

Percebe-se que a transição nos moldes tradicionais, em que a saída da casa dos pais assume papel definidor, funciona como gargalo das transições. Os que a fazem dessa forma tendem ao modelo tradicional, ainda que seja cada vez mais recorrente a continuidade dos estudos para esses nos últimos 20 anos. Jovens que estavam vivendo essa situação foram classificados como estando experimentando uma modalidade chamada de escolarização prolongada —vivem na presença de cônjuge, possuem trabalho e estudam, variando apenas por terem ou não filhos residindo no domicílio—.

Em 1982, encontravam-se nessa modalidade 4,1% dos homens de 15 a 29 anos que realizaram a transição saindo de casa. Em 2002, tal percentual subiu para 6,5%. Essa é uma modalidade nova, que se coaduna com as exigências de um mercado de trabalho, no qual o valor preponderante é permanecer se adaptando, reciclando e aumentando cada vez mais a sua qualificação por meio da educação. Nesse sentido, é a modalidade cuja inovação parece estar mais relacionada às transformações do mundo do trabalho.

A modalidade emergente representa o tipo mais novo de transição para a vida adulta e é caracterizada especialmente pela ausência de cônjuge e presença de filhos no domicílio. Tal modalidade de transição caracteriza-se pelas mudanças no universo da família e nos possíveis arranjos no seu interior. Embora as proporções calculadas sejam significativas, não são expressivas numericamente, totalizando apenas 0,3% dos homens chefes que trabalham, podendo variar quanto à frequência à escola. Os valores calculados para 1982 não são significativos, caracterizando-a como um processo novo. O baixo percentual expressa a permanência de um padrão de família em que os filhos, na ausência de uma união com coabitação, vivem com a mãe

e, também, a baixa idade dos pais, uma vez que se trata aqui de um segmento jovem.

Os homens entre 15 e 29 anos (2,1%) que haviam saído da casa dos pais em 2002 foram classificados como estando vivenciando uma modalidade parcial de transição. Referem-se aos homens jovens sem cônjuge que estudam e trabalham e não têm filhos residindo no domicílio. Essa modalidade é mais freqüente no grupo etário de 15 a 22 anos e pode ainda resultar em um padrão tradicional de formação de família ou sob novos arranjos. Nos últimos 20 anos, tal modalidade não sofreu alterações expressivas, como mostra a Tabela 6.

A última modalidade considerada aqui, denominada transição indefinida, refere-se aos homens chefes, com ou sem cônjuge, com idade de 15 a 29 anos que não estudam nem trabalham. Em 1982, eram 2,8% e, em 2002, subiram para 4,2%. Pouco se pode inferir, neste momento do trabalho, sobre esse grupo, não sendo possível saber se ele está experimentando uma vulnerabilidade econômica ou se depende de suporte financeiro das famílias de origem. Podem ser tanto os que vivem da renda dos seus pais, e, nesse caso, não figuram entre os mais vulneráveis, quanto os que vivem uma situação de extrema dificuldade de inserção social e econômica.

Também entre as mulheres de 15 a 25,7 anos que fizeram a transição para a vida adulta na condição de cônjuges predomina a modalidade tradicional, embora em proporção decrescente. Em 1982, 94,1% das mulheres que fizeram a transição a realizaram nessas condições, proporção que se reduziu para 89,3%. Nessa modalidade, a mulher cônjuge não estuda, podendo ou não participar do mercado de trabalho e contar ou não com a presença de filhos no domicílio. Continuar os estudos, mesmo já tendo constituído suas famílias, parece ser uma nova forma de transição, aqui denominada escolarização prolongada, encontrada pelas mulheres jovens. Entre as mulheres cônjuges, em 1982, 5,9% estavam nessa modalidade e, em 2002, aí se encontravam 10,7%.

As mulheres chefes surgem como representantes de um novo padrão de arranjo familiar, mas, como já ressaltado, são minoria no universo dos chefes. Em geral, só aparecem como chefes do domicílio na ausência de uma figura masculina, seja a do marido ou do pai. Tal fato é reforçado, inclusive, pela significância que três modalidades passaram a ter em 2002: a tradicional (11,9%), que nesse caso pode ser visto como novo, já que a mulher é a chefe com a presença de cônjuge; a escolarização prolongada (2,7%) e a indefinida (14,2%).

Essa última é bastante mais elevada entre as mulheres chefes do que entre os homens chefes, o que pode estar relacionado com separações e divórcios e ao recebimento de algum benefício de pensão.

Não é surpreendente também que, entre as mulheres que fizeram a transição saindo de casa, encontrem-se modalidades definidas aqui como novas, como por exemplo a emergente (36,2%). Nesse caso, são mulheres chefes sem cônjuge, que trabalham, estudando ou não, com a presença de filhos. O leque de possibilidades para entender as mulheres nessas características é amplo. Vai do padrão tradicional de família, em que no caso de separação a mãe assume o papel de chefe da casa, a um novo padrão, em que as mulheres optam por criar seus filhos sozinhas ou em novas formas de relacionamento. A proporção de mulheres chefes que fizeram a transição usando como modelo a parcial diminuiu expressivamente entre 1982 e 2002, passando de 68% a 35% do total. Isso pode estar relacionado, entre outros fatores, ao aumento da proporção das modalidades de transição, aqui denominadas tradicional e indefinida.

2. Tornam-se adultos aqueles que não saem de casa?

Em um modelo linear de desenvolvimento, chamado aqui de modelo tradicional de emancipação dos jovens, as etapas seguem uma ordem lógica que vai da saída da casa dos pais ao primeiro filho, passando pela saída da escola e obtenção de emprego e culminando com a total independência de suas famílias de origem. Além de reduzir a juventude a um estágio permanentemente transitório e, portanto, sem identidade, como reforçamos no início deste trabalho, tal modelo subestima a diversidade dos estilos de ser jovem e, em contrapartida, também dos vários modos de se tornar e ser adulto (Pimenta, 2004).

É preciso que se reconheça, inclusive, que se tornar adulto não depende apenas da passagem por determinadas etapas de vida, sendo importante também a identificação do jovem como um adulto.¹⁷ Ambas as condições são construções sociais que dependem do significado que lhe são atribuídos nos diferentes contextos culturais e nacionais, assim como ser adulto é também uma «auto-identidade construída no processo de transição» (Pimenta, 2004:19).

17 Tal abordagem escapa aos objetivos deste trabalho em função da natureza das informações com as quais ele se propõe a utilizar. No entanto, trata-se de uma consideração importante para outras investigações sobre transição para a vida adulta.

Nesse contexto, tem sido recorrente na literatura sobre o tema da última década a percepção de que são múltiplos os caminhos que levam à vida adulta. Reconhece-se que sair de casa ou se tornar chefe/cônjuge no domicílio nem sempre significa ter se tornado um adulto, fazendo-se necessário o aprofundamento do estudo sobre as pessoas —jovens ou não— que não saíram da casa dos pais ou a elas retornaram.

Ao se pensar nas possibilidades de transição para a vida adulta dos jovens que não saíram de casa, a idade aparece como fator preponderante, pois ela define e diferencia a condição de cada um deles. Vários deles, com menor idade, podem estar cumprindo os requisitos mínimos para uma trajetória tradicional para a vida adulta, que culminaria com a sua saída da casa de origem após a inserção no mercado de trabalho. Nesse sentido, na suposição de um modelo linear de desenvolvimento, eles estariam apenas em estágio inicial da transição. É razoável supor que uma jovem ou um jovem com idade em torno de 16 anos esteja ainda residindo com os pais, sem que isso seja visto como atraso em sua autonomia e transição para a vida adulta. Por outro lado, a mesma visão não se aplica usualmente aos jovens de 24 anos. No entanto, é cada vez mais recorrente, em determinados segmentos de renda, que os jovens permaneçam na casa de seus pais, formando ali suas próprias famílias ou postergando sua inserção no mercado de trabalho pelo aumento da escolarização, entre outros fatores. Questiona-se sobre qual transição podem estar realizando os jovens, por exemplo, com mais de 24 anos.

Pela definição usual de juventude eles não seriam mais considerados jovens, já que o limite superior é exatamente o de 24 anos. No entanto, não estar inserido no mercado de trabalho e não ter formado sua família podem ser indicadores de importantes alterações tanto na condição juvenil quanto no *status* de adulto. Pergunta-se, portanto, que jovem pode ser este que não sai da casa dos pais, ou que adulto, que opta ou é levado a passar para a vida adulta sob novas condições, como por exemplo formando família, tendo filhos e residindo com os pais ou avós.

Tais questionamentos remetem à constatação de processos não-lineares e reversíveis de transição para a vida adulta. Os dados utilizados neste trabalho mostram um momento na vida desses jovens, não abrindo possibilidades para se especular sobre a direção dos movimentos que eles têm trilhado rumo à vida adulta. Pode-se, no entanto, supor que alguns dos jovens que saem de casa sob condições

mais precárias de inserção na vida adulta, seja no mercado de trabalho seja nos novos arranjos familiares, podem retornar à casa dos pais ou avós, fazendo da transição um processo não-linear e irreversível de vida. Nesse sentido, indaga-se novamente sobre que jovem ou que adulto seria este.

Falando sobre a experiência portuguesa, Pais (1995) ressalta a ambigüidade do processo de transição para a vida adulta salientando o «princípio da reversibilidade», característico da geração dos anos 1990, denominada «geração iô-iô». O autor argumenta que as etapas tradicionais de transição têm se mostrado reversíveis, não sendo mais possível, inclusive, a distinção de estudante/não-estudante, trabalhador/não-trabalhador, solteiro/casado. Tais distinções cederam lugar a uma multiplicidade de etapas intermediárias e reversíveis. Deixar a casa dos pais, ou de origem, não coincide necessariamente com concluir os estudos, pode-se adquirir experiência profissional ainda estudando ou mesmo casar sem ter encontrado um emprego (Pais, 1995:203).

Com a finalidade de caracterizar os jovens que estavam na condição de filhos ou outros parentes no domicílio e identificar sob quais formas eles estariam realizando a transição para a vida adulta, estes foram classificados segundo as combinações possíveis das variáveis de frequência à escola, ocupação e filhos tidos,¹⁸ por quartil de idade e sexo em 1982 e 2002. Buscou-se, assim, inferir sobre as mudanças ocorridas no período na situação dos jovens que permanecem na condição de filhos ou de outros parentes. Identificaram-se cinco modalidades de transição, aqui chamadas de: a) tradicional; b) escolarização prolongada; c) parcial; d) indefinida; e, e) precoce. Os intervalos etários utilizados foram os mesmos da análise dos jovens que fizeram a transição saindo de casa. Para 1982, trabalhou-se com o intervalo de 15 a 27,6 anos para os homens e de 15 a 24,4 anos para as mulheres e para 2002, com os intervalos de 15 a 29,0 anos para os homens e 15 a 25,7 anos para as mulheres.

Levando-se em consideração os jovens que não saíram de casa, percebe-se que a grande maioria não estuda e trabalha, embora a proporção tenha decrescido entre 1982 e 2002. Esse decréscimo foi mais acentuado para as mulheres. Tal modalidade foi chamada de parcial, já que deixaram a escola e ingressaram no mercado de trabalho, mas permanecem vivendo com os pais. A proporção de

18 Essa variável só existe para as mulheres.

jovens do sexo masculino que não estudam e trabalham vivendo como filhos diminuiu de 68,5% para 54,1% nos últimos 20 anos. Entre as mulheres filhas, a proporção que não estuda e trabalha passou de 62,5%, em 1982, para 31,5%, em 2002. Esse grupo pode estar vislumbrando uma estratégia de transição para a vida adulta pela saída da casa dos pais (ver Tabela 7).

Tabela 7
Brasil: Proporção de jovens que fazem a transição para a vida adulta na condição de filhos e outros parentes no domicílio por modalidade, 1982 e 2002*

	Tradicional		Escolarização prolongada		Parcial		Indefinida		Precoce
	1982	2002	1982	2002	1982	2002	1982	2002	
Homens filhos	1.8	7.8	22.7	29.7	68.5	54.1	7.0	8.4	
Mulheres filhas	2.3	11.3	28.7	32.2	62.5	31.5	6.4	9.0	16.0

Fonte: IBGE/PNADS de 1982 e 2002.

* As condições de filhos foram calculadas em conjunto com a condição de outros parentes, que podem ser netos, sobrinhos, etc.

Em segundo lugar, observa-se a modalidade de escolarização prolongada, ou seja, a formada pelos jovens que estudam e trabalham. É a segunda em importância tanto entre homens como entre mulheres e é crescente no período. Entre os filhos homens, essa proporção passa de 22,7%, em 1982, para 29,7%, em 2002, confirmando a tendência de aumento da escolarização dos jovens brasileiros já verificada na transição dos que se tornaram chefes ou cônjuges no domicílio. Entre os homens jovens que se encontram nessa modalidade, a maior parte está compreendida no primeiro quartil de idade, em 1982 e em 2002.

Na modalidade tradicional, para os que não saíram de casa, foram considerados os que estavam estudando e não trabalhando. A proporção dos filhos que estudam e não trabalham cresceu em relação a 1982, sendo mais importante entre os filhos homens do primeiro quartil e pouco expressiva a partir daí. Quer dizer, entre os filhos homens que estudam e não trabalham, 89% têm idade entre 15 e 21,82 anos em 2002. Já os filhos homens que não estavam estudando nem trabalhando foram chamados aqui de modalidade de transição indefinida. Esses representavam 7% do total de filhos ou outros parentes, em 1982, e 8,4%, em 2002. Esta proporção também diminuiu com a idade.

Entre as mulheres na condição de filhas ou outros parentes, percebe-se uma alteração importante. Em 1982 predominava a modalidade parcial, caracterizada por não estarem estudando e possuírem trabalho. Já em 2002, a modalidade mais expressiva foi a de escolarização prolongada, aí se encontrando 32,2% das mulheres jovens filhas ou outros parentes. Em 1982, a proporção comparável foi de 28,7%. Tal fato pode estar relacionado à captação, em 2002, das mulheres que já tiveram filhos, quesito que passou a ser levantado sistematicamente nas PNADS somente a partir de 1992. Em uma modalidade que se pode chamar de transição precoce, 16% das mulheres na condição de filhas ou outros parentes já tinham tido filhos em 2002. Completam, portanto, a última fase de formação de família, segundo o modelo linear e tradicional de transição para a vida adulta, mas sem constituir o seu próprio domicílio e independente da sua condição de atividade e freqüência à escola.

A proporção de mulheres experimentando a modalidade tradicional —estuda e não trabalha— é maior do que a de homens e foi também crescente nos últimos 20 anos. A proporção de filhas que não trabalham e não estudam, modalidade indefinida, também apresentou crescimento expressivo no período, passando de 2,3% do total de mulheres na condição de filhas ou outros parentes, em 1982, para 11,3%, em 2002.

VI. CONCLUSÕES

O estudo proposto procurou discutir a definição de juventude à luz de sua transição para a vida adulta, caracterizando a situação dos jovens que a realizaram pela saída de casa e a dos que lá permaneceram como filhos ou outros parentes. Foram identificadas algumas das modalidades de transição que os diferenciam no momento presente.

Analisando algumas das modalidades em que as transições se processaram pela saída da casa dos pais, observou-se a prevalência do modelo tradicional —que parece funcionar como gargalo da própria transição—. Quer dizer, os que a fizeram tendem a realizá-la tornando-se chefes, com ou sem cônjuge, que já deixaram a escola e ingressaram no mercado de trabalho, com ou sem filhos residindo no domicílio. No entanto, novas modalidades parecem estar emergindo, que se caracterizam pela continuidade dos estudos entre os chefes e novos padrões de arranjos familiares, como os monoparentais femininos.

Observou-se que o aumento da escolarização e a difícil inserção no mercado de trabalho exercem impacto importante no retardo da saída da casa dos pais.¹⁹ Do total de jovens, cerca de 75% encontram-se na condição de filhos e outros parentes. Levanta-se a hipótese de que a transição para a vida adulta pode estar ocorrendo mesmo na casa dos pais. Entre os jovens na condição de filhos e outros parentes, destacou-se uma modalidade de transição aqui denominada parcial, uma vez que são caracterizados por já terem deixado a escola, ingressado no mercado de trabalho e morarem com os pais. É possível que esse grupo esteja vislumbrando uma estratégia de transição para a vida adulta pela saída de casa também nos moldes tradicionais.

Outra hipótese é a de que a «independência» econômica pode não se apresentar como condição única e suficiente para a transição para a vida adulta. Tal fenômeno pode ser reforçado pela observação de características socioeconômicas semelhantes entre os jovens mais velhos que não saíram de casa e os jovens chefes mais novos no que diz respeito à escola e ao mercado de trabalho. Os primeiros têm maior escolaridade do que os segundos, bem como maior renda, o que os possibilita contribuir com aproximadamente 36% da renda do domicílio. Ressalta-se, portanto, que residir com os pais pode revelar uma relação de dependência em duas direções: dos filhos com os pais e também dos pais com os filhos. Nesse último caso, a dependência pode ser tanto financeira, já que essas pessoas passam a contribuir com quantias expressivas no orçamento domiciliar, quanto de suporte emocional e afetivo.

Os resultados deste estudo enfatizam a multiplicidade de situações em que as transições para a vida adulta podem ocorrer. Sugere-se que os processos são marcados por trajetórias não-lineares das fases da vida, podendo, por exemplo, os filhos virem antes do casamento, o casamento antes da inserção no mercado de trabalho, e assim por diante. Na mesma direção, considera-se que essa transição pode ocorrer em novos arranjos familiares que não passem necessariamente pela saída da casa dos pais. Não é possível concluir no trabalho, em função da insuficiência de dados, se os processos são ou não reversíveis no tempo, mas supõe-se que as etapas do processo de transição carregam possibilidades de reversão. Assim, o jovem de hoje pode encontrar-se mais disponível para situações que suscitem

19 Para homens, o intervalo vai de 15 a 29 anos e, para as mulheres, de 15 a 25,7 anos.

movimentos de idas e vindas entre as condições de chefes/cônjuges e filhos/outros parentes.

RIO DE JANEIRO (BRASIL), AGOSTO 2004

RECIBIDO: OCTUBRE 2004
ACEPTADO: NOVIEMBRE 2004

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMO, H. (1997): «Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil». *Revista Brasileira de Educação* N°5/6. São Paulo: ANPED.
- ABRAMOVAY, M. e M. DAS G. RUA (2002): *Violência nas escolas*. Brasília: UNESCO, Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, Consed, Undime.
- ARIÈS, P. (1981): *História social da criança e da família*. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC.
- CAMARANO, A. A. et alii. (2001): «Os jovens brasileiros no mercado de trabalho». *Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise* N°17. Rio de Janeiro: IPEA.
- et alii. (2003): «Transição para a vida adulta: novos ou velhos desafios?». *Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise* N°21. Rio de Janeiro: IPEA.
- CASAL, J. (1996): «Modos emergentes de transición a la vida adulta en el umbral del siglo XXI: aproximación sucesiva, precaridad y desestructuración». *Jovens em mudança —atas do congresso internacional growing up between centre and periphery*. Lisboa, 2 a 4 de maio.
- (1988): «Elementos para un análisis sociológico de la transición a la vida adulta». *Política y Sociedad* N°1. Madrid: UCM.
- CASTRO, M. G. e M. ABRAMOVAY (2002): «Por um novo paradigma de fazer políticas públicas —políticas de/para/com juventudes». *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, V. 19, N°2. São Paulo.
- GALLAND, O. (2003): «Adolescence, post-adolescence, youth: revised interpretations». *Revue Française de Sociologie* N°44 (English Selection).
- MADEIRA, F. (1998): «Recado dos jovens: mais qualificação». *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD.
- MELLO, J. L. et alii. (2004): «Como chegar à vida adulta: será que existe um único caminho?». Trabalho a ser apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu, MG, de 20 a 24 de setembro.
- PAIS, J. M. (1995): «Growing up on the EU periphery: Portugal». In: CHISHOLM et alii. (eds.): *Growing up in Europe —contemporary horizons in childhood and youth studies*. Berlim: Gruyter.
- (1993): «Routes to adulthood in a changing society: the Portuguese experience». *Education Policy*, V. 8, N°1.

- (1991): «Emprego juvenil e mudança social: velhas teses, novos modos de vida». *Análise Social*, V. XXVI, Nº114. Lisboa.
- PIMENTA, M. (2004): *Trajetórias juvenis*. Mimeo, texto apresentado para exame de qualificação.
- SHEEHY, G. (2003): *New passages: mapping your life across time*. New York: Ballantine Books.
- SILVA, N. e A. L. KASSOUF (2002): «A exclusão social dos jovens no mercado de trabalho brasileiro». *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, V. 19, Nº2. São Paulo.
- SPOSITO, M. P. (2000): «Considerações em torno do conhecimento sobre juventude na área da educação». In: M. P. SPOSITO (coord.): *Juventude e escolarização — estado do conhecimento*. São Paulo: Ação Educativa. (Acessível em www.acaoeducativa.org).
- RUA, M. DAS G. (1998): «As políticas públicas e a juventude dos anos 90». *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD.
- VIANNA, H. (1997) (org.): *Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.
- VIGNOLI, J. R. (2001): «Vulnerabilidad y grupos vulnerables: un marco de referencia conceptual mirando a los jóvenes». *Serie Población y Desarrollo*. Santiago: CELADE.
- ZALUAR, A. (1997): «Gangues, galeras e quadrilhas: globalização, juventude e violência». In: H. VIANNA (org.): *Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.